



NÚCLEO DE DIREITOS INDÍGENAS

CEDI - P.L.B.
DATA 23/02/93
COD. KYD 00088

PARA/TO: ANDRÉ / BETO

DE/FROM: MÁRIO

DATA/DATE: 240393 HORA/HOUR: _____

PÁGINAS/OF PAGES: 04

Nº DO FAX: 011 8257861

OBS: Se houver problemas com a mensagem, favor contactar-nos:
FAX (061) 224.0261 - TELEFONES: (061) 226.3360/225.7804
If you should have any problems reading this fax, please
call us: FAX 0055(061) 224.0261 - FONES: 226.3360/225.7804

Fiz este breve relato sobre a reunião
Kariapó, já que há solicitações de informações
sobre o "affair" (Júpiter, Gaia, etc...).

Compareci ao seminário Funai/GTZ
sobre projeto piloto ambiental para o trecho do G-7.
Apresentei slides à oporã Mauxi e popus
Kariapó. Proposta censada.

Vocês sabem algo mais sobre o sacha
do Aukre? Estarei escrevendo nos próximos dias
uma carta ao Paikã. Sugestões?

SCS, Q. 06, BL. A, Ed. José Severo sala 303 Cep 70300 Brasília DF
telefone (061) 226-3360 fax (61) 224-0261

Mário



NÚCLEO DE DIREITOS INDÍGENAS

OS KAIAPÓ EM BRASÍLIA

Em fevereiro de 93, uma delegação de cerca de 80 índios Kaiapó deslocou-se para Brasília para entregar ao Presidente da República, ao Ministério Público Federal e a quem mais pudesse interessar, um documento descrevendo as dificuldades vividas por seu povo diante da inexistência de programas assistenciais da FUNAI, e reivindicando a liberação da venda do mogno extraído das suas terras ou o pagamento pelo governo de indenizações permanentes e mensais a cada aldeia.

Seguiram-se dois dias inteiros de reuniões e discussões com os Kaiapó, às quais se fizeram presentes a FUNAI, o MPF, o Ministério da Justiça, o IBAMA e algumas organizações não governamentais, inclusive o NDI. Nestas discussões, os Kaiapó esclareceram que a venda de madeira havia sido a única solução que eles encontraram para obterem dinheiro e para terem acesso aos bens de consumo dos brancos, com os quais afirmam já estarem "acostumados" e, principalmente, para poderem remover doentes das aldeias para hospitais das cidades da região, bem como para outros tipos de assistência. Enfatizaram que foram os brancos que lhes ensinaram a vender madeira e que os brancos já cortaram ou queimaram toda a floresta que havia fora das terras indígenas. Disseram não entenderem porque eles também não podem ganhar dinheiro com madeira para poderem tratar das doenças de branco que afetam pessoas Kaiapó. Informaram, ainda, sem maior cerimônia, que madeireiros haviam financiado as despesas de viagem dos Kaiapó para Brasília.

Foram árduas estas discussões. Os representantes governamentais responderam de forma desastrosa ao questionamento Kaiapó, apegando-se ao formalismo legal para justificar a impossibilidade da liberação da exploração do mogno das terras indígenas por empresas madeireiras. Os Kaiapó foram induzidos a proporem mudanças na Constituição.



NÚCLEO DE DIREITOS INDÍGENAS

O NDI contestou veementemente o posicionamento do Governo, mostrando aos Kaiapó que a crise que eles estavam sentindo no tipo de comércio que faziam tinha causas e conseqüências que iam muito além da dimensão legal, que esta crise tinha relação com uma crise muito maior da economia dos brancos, porque esta economia está destruindo o Planeta e que crescente número de pessoas e organizações do mundo todo querem mudar esta economia e impedir a destruição do Planeta. Os Kaiapó foram informados que o mogno se extinguiu em outras áreas, como o Vale dos Tocantins, onde já havia sido explorado de forma predatória, e confirmaram que já não há concentrações de mogno no entorno das aldeias Kaiapó onde esta exploração ocorre há mais tempo.

O NDI informou-lhes, também, que o governo tem obrigação de garantir assistência à saúde, à educação e ao desenvolvimento das atividades produtivas dos próprios Kaiapó, e que eles deveriam pressionar o governo para que estas obrigações sejam cumpridas, em lugar de permitir o saque das riquezas de suas terras por madeireiros e garimpeiros. Finalmente, o NDI colocou-se à disposição dos índios para participar da discussão sobre alternativas econômicas à exploração predatória do mogno, mas informou-os que não nos dispúnhamos a apoiar os termos do documento que os Kaiapó haviam apresentado ao governo.

Após intenso debate na sua própria língua, os Kaiapó decidiram cancelar o documento que haviam apresentado e escreveram outro, também dirigido ao governo, onde informaram que retornariam às suas terras e aguardariam até 15 de maio para que o governo lhes apresentasse alternativas. Neste período, se limitariam a vender as toras já derrubadas na safra madeireira de 92, mas retomariam o corte do mogno após esta data, caso não fossem encontradas outras alternativas. Ao saberem desta mudança de ênfase na manifestação dos Kaiapó, os madeireiros que haviam custeado o deslocamento dos índios, os avisaram de que não pagariam as despesas de volta às aldeias.

O NDI tem certeza de que o governo não tem recursos e nem competência técnica para propor projetos econômicos alternativos aos Kaiapó. Os índios não receberão sequer resposta até a data por eles marcada, a menos que retornem a Brasília e pressionem outra vez o governo que, de qualquer forma, nada terá a lhes propor. Avaliamos que, a curto prazo, os Kaiapó só poderão obter do governo ajuda assistencial para saúde, se exigirem isto da Fundação Nacional de Saúde.



NÚCLEO DE DIREITOS INDÍGENAS

O NDI tem desenvolvido gestões junto a instituições e pessoas interessadas no futuro dos Kaiapó, para que possamos, até 15 de maio, reunirmo-nos com os índios, na área Kaiapó, para discutirmos outros caminhos. O NDI está convidado pelos Kaiapó para visitar a área e encaminhar esta discussão. Porém, o NDI e estes parceiros sabem que não dispomos dos recursos necessários para implementar qualquer projeto abrangente e efetivo para solucionar o problema a curto prazo. Prevemos alguns anos de trabalho para que soluções se efetivem e estaremos necessitando de todo apoio - especialmente financeiro - para darmos seqüência a esta discussão com o povo Kaiapó.